

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A LICENCIATURA DE GEOGRAFIA E A ARTICULAÇÃO COM O 1º E 2º GRAUS

*Leonardo Dirceu De Azambuja,
Helena Copetti Callai*
Boletim Gaúcho de Geografia, 17: 64-70, out., 1989.

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38006/24487>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - out., 1989

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A LICENCIATURA DE GEOGRAFIA E A ARTICULAÇÃO COM O 1º E 2º GRAUS*

Leonardo Dirceu de Azambuja**

Helena Copetti Callai**

Para proceder uma avaliação do curso de Geografia (3º grau) e a sua articulação com o 1º e o 2º graus, deve-se pôr a questão no âmbito da discussão das licenciaturas. Esta problemática, por sua vez, não pode ser focalizada de forma isolada e desvinculada de questões como a relação entre educação e sociedade, atuação da escola e do professor, etc.

Na sociedade em que vivemos, fazem-se presentes os interesses contraditórios das classes e/ou frações de Classe que a constituem. Sem aprofundar, neste momento, uma análise da estrutura de classe da sociedade, pode-se afirmar a existência de interesses representativos dos setores oprimidos contrapondo-se aos interesses dos setores dominantes.

Esta contradição, os interesses existentes no âmbito da sociedade, adentram a prática social desenvolvida no interior da instituição escolar. Ao contrário das teorias, que entendem a escola como instância de reprodução da ideologia dominante (teorias crítico-reprodutivistas/Bordieu e Passeron); ou, como aparelho do Estado capitalista (teoria da escola dualista/Baudelot e Estabiet), entende-se a escola como espaço da luta social tal como afirma Snyders:

"A escola não é o feudo da classe dominante; ela é terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada; ela é o terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que lá se passa reflete a exploração e a luta contra a exploração. A escola é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação - mas também, ameaça a ordem estabelecida e possibilidade de libertação". (SNYDERS, 1981. p.105-106)

No momento em que se coloca a escola como lugar de luta de classe entende-se também, que a prática social educativa aí desenvolvida, é uma ação mediadora das práticas sociais mais amplas, historicamente situadas, no âmbito da sociedade. Por isto, a neutralidade pedagógica é impossível, e daí, a necessidade de um posicionamento político-pedagógico, que se identifique com um projeto histórico de classe.

A nossa opção, a nossa vontade em pensar e agir no espaço do educativo busca identidade com o projeto histórico dos oprimidos. Para isto, assumimos a luta pela democratização e pela qualificação da escola pública. Entendemos, que

* Trabalho apresentado no IX Encontro Estadual de Professores de Geografia.

** Professores do Departamento de Geografia da UNIJUÍ

aos trabalhadores, aos oprimidos, interessa uma escola eficiente na transmissão/recriação do saber sistematizado e que se oriente por princípios democráticos capazes de construir um homem identificado com os interesses da sua classe social. Esta escola, precisa ser construída a partir das contradições existentes na escola que aí está. Não se trata da teoria da "brecha", mas sim da teorias da contradição, da elaboração da contra-hegemonia.

Pensar esta escola de qualidade, supõe, dentre outros aspectos também fundamentais, resgatar a qualificação técnica do educador ao mesmo tempo, em que se define o compromisso político deste profissional. É preciso formar este professor, este "intelectual orgânico" comprometido técnica e Politicamente com o projeto de sociedade das classes subalternas.

Para definir este processo de formação do educador entende-se necessário considerar três aspectos: a sociedade; a realidade do ensino de 1º e 2º graus; a ciência.

Quanto aos dois primeiros aspectos já definiu-se na presente exposição os principais balizadores a serem considerados, cabendo evidentemente realizar, sempre que necessário, um maior detalhamento dos aspectos conjunturais da sociedade e do ensino. No entanto, é oportuno afirmar a necessidade que as agências formadoras, em especial as universidades, tenham a sabedoria de não colocarem-se como detentoras de soluções mágica, messiânicas ou de receitas técnicas supostamente capazes de resolver os problemas do ensino de 1º e 2º graus.

A nossa postura é de que os problemas da sociedade e do ensino de 1º e 2º graus devam constituir-se em presença viva, participante, na dinâmica de trabalho da universidade e vice-versa. Desta forma, parte-se do pressuposto filosófico de que prática e teorias são componentes de um mesmo processo, de uma mesma totalidade.

Coloca-se então o terceiro aspecto a ser considerado na qualificação do educador, a ciência. Esta, será o instrumento básico a ser assimilado e recriado na perspectiva política de classe, pelo profissional de ensino. O conhecimento científico, elaborado, é transformado em conteúdo pedagógico e portanto, em recurso didático, necessário à prática social desenvolvida no interior da escola. Aqui, apresenta-se uma distinção fundamental para a questão dos currículos nas licenciaturas. A ciência do ponto de vista do cientista assume um caráter de fim, já para o educador, é encarada como meio.

"... um geógrafo, uma vez que tem por objetivo o esclarecimento do fenômeno geográfico, encara a Geografia como fim. Para o professor de Geografia, entretanto, o objetivo é outro: é a promoção do homem, no caso, o aluno. A Geografia é apenas um meio para chegar aquele objetivo. Dessa forma, o conteúdo será selecionado e organizado de modo a atingir o resultado pretendido. Isto explica porque nem sempre o melhor professor de Geografia é

o geógrafo, o que pode ser generalizado nos seguintes termos: nem sempre o melhor professor de determinada ciência é o cientista respectivo". (SAVIANI, 1986a, p.53)

É necessário considerar portanto, que as licenciaturas são cursos de formação de Professores e que para esta finalidade devem ser organizados os respectivos currículos. Há nesses caso uma questão um tanto polêmica. As ementas, de um modo especial as das disciplinas específicas de conteúdos geográficos (no caso dos cursos de Geografia), devem ser definidas numa perspectiva do cientista ou do educador? O nosso entendimento é de que na prática estes dois caminhos não são excludentes em sua totalidade pois em ambos deverão ser estudados os conteúdos da Geografia enquanto área de conhecimento. O que deve existir, nestas duas perspectivas, é uma diferenciação no enfoque de abordagem destes conhecimentos. Para a formação do professor de Geografia busca-se a instrumentação pedagógica necessária a transmissão/assimilação destes conhecimentos ao nível de 1º e 2º graus. O importante para educadores e geógrafos é que ambos tenham clareza dos resultados desejados tanto técnicos quanto políticos.

As idéias até aqui apresentadas trazem alguns elementos de análise para a questão das licenciaturas relacionada com a problemática educacional no contexto da sociedade. É oportuno no entanto, colocar mais alguns pontos referente a postura das instituições universitárias em relação as licenciaturas e aos alunos que as frequentam. Seria talvez necessário neste momento aprofundar a análise sobre os objetivos das frações hegemônicas da sociedade e do Estado com estes cursos, na medida em que estes, encontram-se relegados a um segundo plano. Basta verificarmos por exemplo, que a tarefa de manutenção e ampliação das vagas em cursos de licenciaturas nos últimos anos foi assumida por instituições de ensino particular (Fundações) nas quais, os alunos via de regra oriundos das camadas médias e/ou das classes trabalhadoras sujeitam-se a um ensino pago e de qualidade nem sempre condizente com as necessidades dos profissionais e das escolas. Já nas universidades públicas, em especial as Federais, há uma evidente priorização para os cursos das áreas tecnológicas em detrimento das licenciaturas.

"... cursos de licenciatura, vê-se de imediato, que eles refletem o caráter secundário atribuído à educação e ao ensino no âmbito da universidade. Constituem, via de regra, meros apêndices das diferentes formas de bacharelado desempenhando, na prática, a função cartorial de garantir requisitos burocráticos que permitirão converter bacharéis em professores". (SAVIANI, 1986 b, p.41)

Vê-se portanto, que a formação de professores não é assumida com a força necessária pelas universidades públicas e, nem há por outro lado, formas eficazes de subsidiar estes alunos nas Fundações particulares. Como resultado desta situação, tem-se uma clientela de trabalhadores-estudantes, dos quais, muitos já assumem como professores em escolas de 1º e 2º graus e outros, atuam como tra-

balhadores no setor produtivo ou de serviços. Se, a partir desta realidade tem-se um estudante com vivência do mundo, dos problemas e projetos de vida da população, é também verdadeiro que este estudante, não terá as melhores condições intelectuais para o desenvolvimento dos seus estudos teóricos.

Quanto ao aluno-professor de 1º e 2º graus vê-se uma vantagem no que se refere ao acesso e conhecimento das questões relacionadas ao seu trabalho de ensino, para o qual, está buscando aperfeiçoamento.

No caso do trabalhador-estudante enfrenta-se uma situação mais difícil, pois além do seu desconhecimento sobre a dinâmica escolar, via de regra encontra impecílios, quanto a dispensa de horário em seus empregos, para o desenvolvimento de estágios e/ou outras atividades junto a rede escolar.

Outro aspecto a ser citado nesta caracterização dos alunos que optam pelos cursos de licenciatura, consta de possíveis deficiências quanto a formação intelectual, porquanto, pela sua origem de classe, provavelmente, frequentaram uma escola pública com as carências características desse tipo de estabelecimento, além, dos problemas do acesso ao saber sistematizado originados das suas condições sócio-econômicas e culturais.

Mas, se este é o pano de fundo que caracteriza a situação das licenciaturas em geral e dos cursos de Geografia na Universidade não podemos nos imobilizar diante da realidade. Não resta dúvida que é uma realidade bastante adversa aos nossos interesses e preocupações acadêmicas. Temos porém que considerar este quadro e tentar avançar naquilo que seja possível. Os cursos de formação de professores estão sendo realizados, cada vez com menor número de interessados, é certo, mas estamos formando professores de Geografia. E a disciplina é ministrada na escola de 1º e 2º graus. Se de um lado nos pomos a questão de para que ensinar Geografia na escola de 1º e 2º graus, com que objetivos, com que interesses, e especialmente o que ensinar de Geografia para estes alunos, temos que, objetivamente, encarar a questão da formação deste professor.

Na UNIJUÍ, o curso de Geografia é apenas licenciatura e como tal temos a preocupação da formação de um bom profissional, isto é, com o conteúdo forte, um bom referencial teórico, e assim metodologicamente capaz de organizar as suas aulas de forma que os alunos se sintam envolvidos e interessados no desenvolvimento da disciplina.

Um curso noturno, como é o da Unijuí, tem todas as limitações acima referidas e mais o fato de que muitos dos alunos aqui frequentam as licenciaturas, tenham a sua formação de 2º grau nas áreas técnicas que não o magistério, e trabalham durante o dia no comércio, na indústria ou em bancos. Fica-nos sempre a questão: o que interessa para este aluno da universidade a história do pensamento geográfico, a metodologia da pesquisa e -o estudo/ensino/aprendizagem da geografia? qual a possibilidade real de realizar leituras além do estritamente exigido, e buscar formas alternativas e interessantes de aprender e ensinar geografia?

Todas estas características, para não dizer problemas, e mais a preocupação do Instituto de Ciências Sociais em criar condições que permitam aos professores formados nos seus cursos, uma atuação mais eficaz, fizeram com que nos envolvessemos na busca de uma integração mais intensa com o 1º e 2º graus. Assim nasceu o processo de trabalho que se desenvolve desde 1984 envolvendo a 36ª DE-RS, SMEC de Ijuí, 31º Núcleo do CPERS e UNIJUI (esta pelos Departamentos de Geografia e História do Instituto de Ciências Sociais), que denominamos inicialmente de Projeto de Estudos Sociais. Mas, é preciso ressaltar que o trabalho não teve origem unilateral, ou de interesses fictícios de parte da Universidade, para querer fazer a integração 1º e 3º graus, pelo contrário, acreditamos que o momento político em que se desenvolve o projeto de Estudos Sociais, é de fundamental importância. E, são os professores da área de Estudos Sociais que reunidos pressionam os órgãos públicos que coordenam a educação nesta região, e cobram da Universidade (onde alguns ainda frequentam e a maioria é formada por ela) uma urgente modificação, a discussão de alternativas para melhoria do ensino, enfim, um sentido para o ensino de Geografia e História. *"As aulas de Estudos Sociais, como estão não levam a nada, desinteressam os alunos, angustiam os professores, a área é desvalorizada dentro da escola e até pelos próprios professores. É preciso pelo menos torná-las mais interessantes"*. Este era o dizer e pensar insistente dos professores de Estudos Sociais que atuavam em 83-84 na área da 36ª DE. Dentre as questões que preocupavam os professores:

"uma é a que se refere ao que ensinar, o que é realmente significativo para o aluno, o que vai auxiliá-lo a situar-se no seu meio social, conhecendo e interpretando os fenômenos sociais, políticos e econômicos que regem a sociedade, e a outra, ao como ensinar, oportunizando um tipo de ensino que permita ao aluno construir seu próprio conhecimento". (CALLAI, 1986 p.32)

Assim como queremos levar o aluno a construir seu próprio conhecimento damos início a um processo em que os próprios professores de Estudos Sociais passaram a definir as suas aulas, a organização curricular e a metodologia adotada. Hoje temos certeza que o que de mais rico conseguimos é este processo desencadeado de organização dos professores em busca de caminhos para conduzirem e assumirem o seu próprio "fazer a aula" como (com os alunos juntos) agentes do processo. Esta nossa percepção de como está hoje o ensino de Estudos Sociais nas escolas de 1º grau desta região se configura a partir dos contatos permanentes que desenvolvemos, através dos grupos de trabalhos que conjuntamente integramos, das reuniões de avaliação que periodicamente são realizadas, das reuniões de estudo e planejamento que são realizadas semanalmente, e das observações feitas por alunos e pelos seus pais.

Na reunião de planejamento deste ano letivo (89) assim como nas demais, esta questão é insistentemente posta e discutida, e está cada vez mais cla-

ro para os professores que participam do trabalho, que não há mudança sem angústia, sem insegurança, sem participação, sem envolvimento de parte de cada um. É que as crises, os recuos que acontecem são momentos de aprofundar ainda mais a compreensão do processo que foi desencadeado, e por outro lado, o estudo da respectiva ciência.

Segundo depoimentos dos professores: *"houve avanços como pessoas e como profissionais, se resgata com o projeto o papel do professor de Estudos Sociais"* ;

"passou-se a ter uma ampla visão da escola, do ensino e da educação com crítica e capacidade de construir";

"percebe-se uma valorização da área, através da valorização do professor, do aluno, da escola";

"a insegurança do professor em desenvolver o trabalho de sala de aula se opõe o que se vê já de avanços no que se refere aos alunos";

"os alunos não aceitam mais a decoreba, e saem dela para o raciocínio - construindo conceitos e estabelecendo relações";

"os alunos produzem nas aulas de Estudos Sociais, e se sentem valorizados como pessoas";

Além, deste tipo de depoimentos existem outros que mostram como o professor tem hoje o domínio sobre o seu próprio trabalho, e como tal, preocupação do futuro: *"há muitos pontos a serem repensados, por exemplo a questão da avaliação em relação aos professores que resistem a se integrarem no projeto, com estes é preciso entender qual o motivo"*; *"há muito a andar, e não há condições de voltar mais ao tradicional"*; *"há necessidade de divulgar mais o trabalho para as outras áreas saberem o que precisamos delas para melhorar o nosso trabalho, como Português por exemplo"*; *"há necessidade de socializar as preocupações, elas são comuns a todos os professores, e assim se pode avançar"*.

Mas, e do nosso ponto de vista qual o papel do curso de Geografia (do 3º grau) neste processo? A integração 3º/1º grau, como já nos referimos não deve ser forçada ou artificial, pelo simples fato de que tem que haver integração. Tem sim que ser contruída no trabalho, nas exigências das partes envolvidas. Assim, neste processo nos cabe a realização de algumas tarefas. Uma delas é a instrumentalização, através de subsídios, textos, orientação metodológica, condução e organização de debates, palestras, a produção de material para subsidiar as discussões, o encaminhamento das aulas, etc...; a participação nas reuniões para discussões dos problemas decorrentes do trabalho de sala de aula.

Além disso, deve retornar ao curso de 3º grau, o que foi possível ser apropriado pelo grupo; os avanços na discussão metodológica, na organização dos conteúdos, e do próprio conteúdo. Torna-se interessante, e na maioria das vezes com bons resultados, trabalhar no interior do próprio projeto, ou como uma proposta alternativa, ou como material nas diversas disciplinas, ou apenas

para uma avaliação crítica.

Esta relação dialética de troca, de realimentação de re-criação enriquece os cursos na exata medida em que faz avançar o processo de compreensão e de encaminhamento das questões pelos professores da área que atuam no 1º grau. E, referindo ao que colocamos anteriormente, no ensino de 1º e/ou de 3º grau, a Geografia é o conteúdo, o meio que nos permite alcançar os objetivos propostos. Embora, a situação das licenciaturas não seja a melhor, não podemos descuidar da qualidade do profissional que formamos. É um professor, e como tal deve ter a compreensão do que significa educar/ensinar, mas é especialmente um professor de geografia que formamos.

A Geografia que queremos ensinar é aquela que nos permite melhor compreender o Mundo, mas para isto precisamos conhecer este mundo, ter acesso às informações e saber organizá-las no interior de um contexto maior.

O Nosso curso de Geografia no 3º grau, será tão melhor, mais eficiente, quanto conseguirmos fazer do trabalho junto aos professores que atuam no ensino de 1º grau, um verdadeiro laboratório de discussão de construção de caminhos, e soubermos fazer esta experiência resultante do processo desencadeado pelos nossos próprios críticos e necessidade de avançar uma realimentação do próprio curso. Isto é o que entendemos por integração entre os diversos níveis de ensino

B I B L I O G R A F I A

CALLAI, J. L. (Coord.) Área de Estudos Sociais: Metodologia. Ijuí, Livraria UNIJUI Editora, 2ª ed. 1986.

CURY, Carlos Roberto Jamil, Ensino de 1º Grau e a Universidade in: Educação em Revista (3), Belo Horizonte, 08.01, Junho 1986.

SAVIANI, Demerval. Educação: do senso comum a consciência filosófica, São Paulo, Cortez, 1986a.

_____. Ensino Público e algumas falas sobre universidade. São Paulo, Cortez, Col. Polêmicas do Nosso Tempo (10) 1986b.

_____. Escola e democracia. São Paulo, Cortez, Col. Polêmicas do Nosso Tempo (5), 1986.

SNYDERS, Georges. Escola, classe e luta de classe. Lisboa, Moraes Editores, 2ª ed. 1981.